

O REI E SUAS FILHAS: O ‘ESPELHO DE PRÍNCIPES’ DE EGÍDIO ROMANO

THE KING AND HIS DAUGHTERS: THE “MIRROR OF PRINCES” OF EGIDIO ROMANO

EL REY Y SUS HIJAS: EL “ESPEJO DE PRÍNCIPES” DE EGIDIO ROMANO

Amanda Nascimento Schitz¹
Mariana Bonat Trevisan²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar por meio da obra *De Regimine Principum* — em sua versão castelhana, glosada por Juan de Castrojeriz no século XIV e escrita originalmente por Egídio Romano no século XIII —, o discurso sobre as condutas sociais prescritas às filhas dos reis e dos nobres no Ocidente europeu medieval. Pretende-se compreender como determinadas regras sociais de comportamento feminino, dispostas na glosa, relacionavam-se com especificidades do contexto político e religioso-cultural do reino de Castela no período. Busca-se também averiguar como tais normas se inseriam no processo de formação e educação das mulheres no contexto, visando apreender que condutas, espaços e atuações lhes cabiam ou lhes eram normativamente restringidos. Espera-se, assim, promover uma reflexão sobre a construção e divulgação de determinados valores sobre o feminino. Este estudo foi realizado a partir de uma História Social das Mulheres, buscando agregar as contribuições dos Estudos de Gênero.

Palavras-chave: Educação feminina medieval. Egídio Romano e Juan de Castrojeriz. Espelho de príncipes.

Abstract

The aim of this article is to analyze the work *De Regimine Principum* — in its Castilian version, glossed by Juan de Castrojeriz in the 14th century, and originally written by Egidio Romano in the 13th century —, the discourse on the social conduct prescribed to the daughters of kings and nobles in medieval West Europe. We intend to understand how certain social rules of female behavior, prescribed in the gloss, were related to specific aspects of the political and religious-cultural context of the kingdom of Castile in the period. It also seeks to ascertain how these norms were inserted in the process of training and education of women in the context, aiming to apprehend what behaviors, spaces and actions fit or were normatively restricted to them. It is hoped, therefore, to promote a reflection on the construction and dissemination of certain values about the feminine. This study was based on a Social History of Women, which seeks to aggregate the contributions of Gender Studies.

Keywords: Medieval female education. Egidio Romano and Juan de Castrojeriz. Mirror of princes.

Resumen

El propósito de este artículo es analizar, a través de la obra *De Regimine Principum* — en su versión castellana, glosada por Juan de Castrojeriz en el siglo XIV y escrita originalmente por Egídio Romano en el siglo XIII —, el discurso sobre la conducta social prescrita a las hijas de los reyes y nobles en el occidente europeo medieval. Se pretende comprender cómo ciertas reglas sociales del comportamiento femenino, dispuestas en la glosa, se relacionaban con las especificidades del contexto político y religioso-cultural del reino de Castilla en el período. También se trata de determinar cómo se insertaron esas normas en el proceso de formación y educación de las mujeres en el contexto, con el objetivo de comprender qué conductas, espacios y acciones les correspondían o estaban normativamente restringidos a ellas. Se espera, por lo tanto, promover una reflexión sobre la construcción y difusión de ciertos valores sobre lo femenino. Este estudio se realizó a partir de una Historia Social de la Mujer, a la que se agregan las contribuciones de los estudios de género.

¹ Licenciada em História - Uniandrade - Centro Universitário Campos de Andrade. E-mail: amandaschitz@hotmail.com.

² Professora Orientadora - Uniandrade - Centro Universitário Campos de Andrade/UNINTER – Centro Universitário Internacional. E-mail: mariana.t@uninter.com.

Palabras-clave: Educación femenina medieval. Egidio Romano y Juan de Castrojeriz. Espejo de Príncipes.

1 Introdução

Durante a Baixa Idade Média no Ocidente Medieval a discussão acerca do que seria um “bom” rei se difundia cada vez mais. Um governante letrado e culto era visto com aprovação, pois se acreditava que teria mais preparo e sabedoria para liderar seu reino e enfrentar as adversidades, garantindo o bem-estar e a prosperidade de seu povo. Dentro deste contexto, muitas obras que tinham como objetivo guiar os jovens príncipes nesse modelo foram escritas. Tais obras eram chamadas de “Espelho de Príncipes” e continham toda uma carga de conceitos morais, religiosos, sociais e políticos que cada escritor acreditava ser importante para um rei.

Com base nessas informações, este estudo pretende analisar como um espelho de príncipes construiu (para além de prescrições a reis e príncipes) visões sobre o feminino em sua relação com o masculino régio/principesco. A partir de registros como os desses tratados escritos, visa-se compreender como determinados códigos morais se inseriram no processo de formação e educação das mulheres. Do mesmo modo, busca-se identificar as questões políticas e religiosas que se inseriam no processo educacional das herdeiras de Castela e como Frei Juan García de Castrojeriz as transcreveu para o contexto político, religioso e cultural de seu reino.

A obra utilizada para esta pesquisa foi o *De Regimine Principum*, escrita por Egídio Romano (1243-1316) no século XIII, porém tomamos para estudo a versão castelhana, glosada por Juan de Castrojeriz no século XIV. Para o trabalho com esta fonte se utilizou como metodologia a análise de discurso, com o intuito de observar por meio da escrita, quais eram os elementos envolvidos na construção de tal discurso normativo de gênero, assim como suas particularidades em relação ao processo de formação e educação das mulheres, procurando-se investigar o quanto a preocupação com a criação das filhas era algo relevante no contexto. Por meio da glosa, é possível também analisar como as normas prescritas por Egídio Romano com relação às herdeiras foram transpostas e apropriadas para o contexto castelhano.

2 *De Regimine Principum* e sua produção

Egídio Romano nasceu no século XIII, originário de Roma, como indica seu cognome. Foi conhecido por ser escritor, filósofo, teólogo e principalmente por ser arcebispo de Bourges, na França. Muito jovem foi enviado a Paris para estudar no convento da Ordem dos Eremitas de São Agostinho, posteriormente ingressou na Universidade de Paris na qual estudou Filosofia e Teologia. Segundo Eliane Santana, sem um mestre da sua ordem na faculdade de teologia, a

partir de um provável acordo entre Dominicanos e Agostinianos, Romano acaba se tornando discípulo de São Thomas de Aquino (estima-se que em torno de 1269–1272) (SANTANA, 2017, p. 46). A influência tomista e a base em Aristóteles foram muito importantes para suas obras. Em 1277, Egídio Romano foi afastado da universidade, devido a questões envolvendo a condenação das teses de São Thomas de Aquino pelo bispo de Paris, Etienne Tempier. Assim, retornou à Itália e durante sua estadia participou ativamente de sua ordem, tornando-se membro importante e logo Prior Geral. A partir de então, dedicou-se à escrita da obra *De Regimine Principum* a pedido do rei Filipe III da França (1245-1285). O intuito do texto era contribuir para a educação do herdeiro e futuro rei francês Filipe IV (1268-1314).

Em 1285, segundo Santana, com o auxílio do papa Honório, Romano conseguiu voltar à Universidade de Paris, tornando-se mestre em teologia em 1287. Posteriormente, recebeu o título de Prior Geral em sua ordem e de arcebispo da província de Bourges em 1295 (SANTANA, 2017, p. 22).

Egídio Romano teve muito destaque em seu tempo, seja pelas questões levantadas no meio acadêmico, seja pela sua atuação religiosa e influência política. Em obras como o *De plurificatione intellectus possibilis* criticou algumas ideias do aristotelismo; já no *Tractatus de erroribus philosophorum*, analisou as teses filosóficas de diversos autores, além de Aristóteles, e criticou as ideias de autores pagãos que iam contra os preceitos cristãos. Quanto às questões sobre o governo dos reis e o poder dos papas, foi defensor da supremacia papal, tal como nas disputas que envolveram o rei Felipe IV e o papa Bonifácio VIII. Romano, em defesa do papa, escreveu *De ecclesiastica potestate* no qual afirma o poder do papa sobre a monarquia. É importante ressaltar que o século XIII foi marcado como um período de afirmação máxima da supremacia papal, e que o clérigo, apesar de escrever para os reis, como no caso de *De Regimine Principum*, foi grande defensor da autoridade papal suprema, sendo *De ecclesiastica potestate* um dos grandes documentos para a defesa e afirmação da supremacia papal do século XIII.

De Regimine Principum, assim como suas outras obras, teve grande circulação nas cortes da Europa Ocidental, o que se deve à valorização crescente do saber por parte dos nobres e governantes, bem como pela afirmação do poder régio, dada também através da construção da imagem de um rei sábio. Tal tendência impulsionou a procura dos reis pelos homens considerados letrados, reconhecidos por sua formação acadêmica e aptidão para a escrita, assim como cita Jacques Verger:

Nós desenvolvemos um pouco o exemplo francês que nos é mais familiar, mas, na maior parte das monarquias européias, encontraremos, inclusive, entre os séculos XIII e XV, um ou mais príncipes “sábios” que souberam se cercar de letrados a quem eles

encomendavam as obras de ideologia ou propaganda destinadas a favorecer seus esforços de modernização do Estado (VERGER, 1999, p. 177).

Como vimos, no contexto francês, Romano foi procurado pelo monarca Felipe III para a escrita de um regimento de príncipes para a criação de seu filho. Um século mais tarde, em Castela, Frei Juan García de Castrojeriz, a pedidos do bispo de Osma, Don Bernabé, glosou o *Regimento de Príncipes* de Egídio Romano, e dedicou-o a Pedro I de Castela (1334-1369), filho do rei Afonso XI de Castela (1311-1350). Tal versão, que tomamos como fonte principal para este estudo, tinha como objetivo trazer e ao mesmo tempo adaptar os ensinamentos de Egídio Romano para o contexto castelhano e para a educação do jovem e futuro rei Pedro I. A glosa castelhana não foi somente transcrita, mas também adaptada, com o objetivo de se contemplar especificidades do contexto político, religioso e cultural do reino de Castela. Com sua transcrição, Castrojeriz também contribuiu para a introdução, assimilação e a síntese do aristotelismo cristão na corte ibérica. Como afirma Hugo O. Bizzarri:

El hecho es que Castrojeriz no se limitó a realizar una mera traducción sino que fue más allá: comentó el texto añadiendo gran cantidad de autoridades, completó el pensamiento del Estagirita que en el tratado se expone, confrontó el pensamiento aristotélico con el de los Teólogos y lo corrigió ahí donde discrepaba con el de éstos.[...] Dentro de la historia del surgimiento de un pensamiento económico en Castilla, esta Glosa al Regimiento de príncipes puede ser considerada un punto de inflexión, pues ella presenta y expone por vez primera de forma sistemática en Castilla el modelo trifuncional del pensamiento político aristotélico (BIZZARRI, 2002, p. 130).

3 Os textos durante a Idade Média e os gêneros de escrita: os espelhos de príncipes

Diferentemente do que geralmente acredita o senso comum, existiu de fato uma produção e circulação literária durante a Idade Média, mesmo que não empregada sob a forma e circunstâncias atuais. Até o século XIV, a literatura foi utilizada como apoio para a oralidade, entretanto, os romances mudaram de certa forma tal visão, pois eram destinados à leitura, mesmo que em voz alta. Não se deve subestimar a importância do livro nesse período, pois como cita Michel Zink “[...] mal assinalamos esta preponderância do oral porque a escrita e somente a escrita, tem autoridade. A oposição entre letrado e iletrado é decisiva” (ZINK, 2006, p. 81).

Durante o século XIV, novos temas e estilos eram consumidos, a literatura nas línguas vulgares emergiam das diferentes culturas, as obras passaram a contemplar desde temas eróticos até o lirismo religioso. É importante ressaltar que a literatura vernácula não foi excluída ou esquecida; com sua intenção pedagógica e ensinamentos da moral religiosa, esteve presente

durante toda a Idade Média. O romance também se tornou um tema recorrente na literatura medieval. A partir de gêneros como o romance e a literatura vernácula, é possível analisar a visão sobre a mulher no período. Em geral, ela é generalizada e idealizada a partir de uma imagem construída no meio clerical. Destaca-se nesse quadro a prescrição de que a pureza deveria ser mantida, não devendo a mulher sucumbir aos pecados da carne.

No gênero escrito dos chamados “Espelhos de Príncipes” podemos também encontrar visões sobre o feminino, bastante ligadas à moral cristã. Como define Santana, os espelhos de príncipes eram obras de um gênero político-literário, de cunho pedagógico, no qual ensinamentos de cunho didático-moral tinham como intuito guiar os príncipes, baseando-se no modelo teórico que seu respectivo autor acreditava ser o ideal de governante. Esses textos refletiam as ideias políticas, sociais e religiosas do seu contexto de produção, o que poderia variar (SANTANA, 2017, p. 187). Entendia-se que, ao seguir as instruções prescritas nos manuais, o reinado se tornaria perfeito e logo o reino também se tornaria. Assim a moral cristã se mostra intrínseca ao conceito de um bom governante e ao seu sucesso em suas escolhas. Estas obras, normalmente produzidas pelo meio eclesiástico, buscavam por meio de modelos teóricos de comportamentos e valores, formas de instruir o príncipe em um modelo de rei virtuoso e bom governante. Segundo Fábio André Hahn:

Eles deveriam desenvolver virtudes adequadas ao modelo do príncipe cristão, tomando como premissas básicas a fé, a esperança e a caridade. É a base do catecismo da realeza medieval, que se transforma em alguns aspectos a partir do século XVI, com a reestruturação do gênero presente em alguns autores (HAHN, 2006, p. 152).

Assim, tais tratados didático-morais acabavam por influenciar tanto no processo de criação dos filhos dos reis, como na criação dos demais filhos da corte, pois a vida privada do monarca, assim como seus costumes, seriam exemplos perante os súditos de todo o reino (TREVISAN, 2016, p. 83). Desse modo, a afirmação do poder régio era de extrema importância, pois com o apoio do povo, o poder do rei teria menos chances de ser questionado.

No contexto das produções escritas medievais, tal como nos espelhos de príncipes, é importante destacar a existência das traduções. Elas se tornaram mecanismos muito importantes para a literatura cristã e política, considerando-se que as traduções das obras escritas por padres auxiliavam na difusão da fé. Criou-se assim uma cultura sobre as traduções sacras. Como afirma Mauri Furlan, com o passar dos séculos as traduções se transformam em uma espécie de *enarratio*, onde o comentário praticamente substitui o texto original (FURLAN, 2003, p. 10). As traduções acabam por se tornar um campo fértil na literatura medieval. Furlan também afirma que, além do fenômeno das glosas e comentários, a prática tradutória do Medievo se

caracteriza por servir-se de versões intermediárias, ou seja, a tradução de uma obra baseada em outra tradução da mesma (FURLAN, 2003, p. 11-12). Estas acabam por se tornar únicas, tendo-se em conta que não havia ainda uma norma para a tradução e o autor por sua vez traduzia as obras da sua forma e através de sua compreensão. Releva-se que não somente se alterava o idioma, como também se incorporavam valores da sociedade na qual tal obra seria lançada, pois alguns conceitos e ideias poderiam não ser bem interpretados ou aceitos na mesma.

Como já citado, Frei Juan García de Castrojeriz traduziu e glosou a obra de Egídio Romano para o castelhano, dedicando-a à criação de Pedro I de Castela, filho do rei Afonso XI de Castela. Tal obra fora traduzida com o objetivo de guiar o jovem Pedro nos ensinamentos morais cristãos, ensinamentos estes que iam desde o regimento de seu governo, até seu âmbito privado. Sendo assim, incluíam-se dentro da glosa as questões sobre as mulheres, tanto como esposas quanto como filhas, a fim de ensinar aos príncipes como funcionava a hierarquia familiar (o papel da mulher como esposa, como um rei deveria criar suas filhas e quais ensinamentos deveria impor a elas). As normas de cunho moralizador para as mulheres tinham como intenção formar as filhas dos reis e príncipes em futuras esposas ideais. A pureza, a temperança, a castidade e a devoção eram alguns dos ideais que as mulheres de Castela deveriam seguir para se tornarem boas esposas e, por consequência, terem um casamento próspero. Por isso, prescrições existentes na glosa, como não sair sozinha, não ficar ociosa, manter a virgindade e sempre se dedicar a orações eram noções importantes a serem passadas pelos reis a suas filhas.

O monarca deveria tomar muito cuidado nas suas decisões, pois deveria ser um modelo exemplar para sua corte. Assim, deveria ser muito mais cuidadoso no que impunha a seus filhos, tendo em vista que estas atitudes iriam influenciar o modo como os demais pais da corte iriam criar os seus. Assim, o rei deveria orientá-los pelo caminho moral e cristão, como afirma Isabel Beceiro Pita sobre o caso dos filhos homens:

Su comportamiento debe ser ejemplar. No pueden ser ladrones, salteadores de caminos, lujuriosos, perjuros, mentirosos, intrigantes y calumniadores. No han de jugar a los dados ni menos aún, perder por ellos o por cualquier otra clase de juego el caballo o las armas, empeñarlas o darlas a “malas mujeres”. Si esto último sucede estando en servicio, o roba, puede ser expulsado de la caballería. Su vida cotidiana tiene que ajustarse en todo momento a las pautas de conducta propias del buen cristiano. Estará regida por el sosiego y la mesura, lo que implica no dejarse llevar por la ira y la soberbia, sino, por el contrario, ser humildes y mansos, a pesar de su valor y reconocimiento público. Por otra parte, deben practicar la templanza en el dormir, la comida y la bebida y, sobre todo, la moderación en el vino, pues su abuso nubla el entendimiento a la hora de tomar decisiones en la batalla (PITA, 2015, p. 180).

Para analisarmos o nosso objeto a partir da obra de Juan de Castrojeriz, é preciso pontuar

que estamos utilizando uma edição de 2005, a qual encontra-se na coleção “Clásicos del Pensamiento Político y Constitucional Español” dirigida por Santos Juliá e editada, com um estudo preliminar e notas por Juan Beneyto Pérez, sob a tutela do “Centro de Estudios Políticos y Constitucionales”.

O regimento se divide em três livros. De forma breve, podemos sintetizar seus principais temas: o primeiro se divide em 65 capítulos e aborda a formação moral dos príncipes desde suas condutas, crenças até virtudes e conhecimentos que se consideravam adequados em um bom regente — tal como o controle dos desejos e paixões para o êxito da vida política. O segundo livro se divide em 66 capítulos, abordando questões e prescrições sobre o parentesco, hierarquias no âmbito familiar, educação das filhas e dos filhos pelo rei ou nobre, os deveres da mulher nobre e rainha como esposa, assim como suas condutas e comportamentos dentro deste papel social. O terceiro e último livro contém 73 capítulos e fala sobre como reger uma cidade ou um reino. A divisão da obra, segundo Santana, remete à clássica divisão tripartite (moral monástica/moral econômica/moral política) cuja origem se encontra na obra de Aristóteles *Ética a Nicômaco* e que foi aplicada a muitos tratados pedagógicos durante a Baixa Idade Média (SANTANA, 2017, p. 194).

A divisão e ordem de *De Regimine Principum* remete muito à concepção de Egídio Romano da ordem natural de governo, pois se deve inicialmente saber governar o âmbito privado para posteriormente governar o seu reino; esta seria uma sequência lógica do pensamento e conciliaria com a ordem natural do mais simples até se atingir o mais complexo. Sobre a organização dos capítulos, Santana afirma:

A forma utilizada por Egídio para redigir o tratado é característica do método escolástico: cada assunto é abordado de forma disciplinada e metódica. Os capítulos são anunciados com uma breve reiteração do assunto abordado no capítulo anterior, seguido por uma afirmação de uma proposta mais geral. O resumo das *rationes* lançadas para elaboração de uma proposição são enumeradas e explicadas uma a uma, e cada uma das *rationes* são, mais uma vez, subdivididas e discutidas. Por fim, o capítulo se encerra com a reafirmação da ideia proposta originalmente, seguindo de um resumo do próximo capítulo³ (SANTANA, 2017, p. 195).

Tal formatação para o tratado respeita as linhas do que se acreditava ser um rei virtuoso, pois a glosa pretendia guiar o jovem inicialmente pelos ensinamentos das virtudes e da construção do que se considerava moralmente aceito e, posteriormente, ao regimento dos indivíduos e de seu governo. Remetendo-se às ideias expostas por Aristóteles, acreditava-se que um homem virtuoso era digno de governar devido à sua superioridade perante os demais

(ARISTÓTELES, 2002, p. 106), ainda afirma que era incumbido aos homens o dever de governar, devido à sua mente guiada pela razão (ARISTÓTELES, 2002, p. 15).

Nesta pesquisa, centramo-nos na análise dos capítulos XX, XXI e XXII do segundo livro da obra, que se encontram no final da segunda parte. Nesta, o autor trata sobre a criação dos filhos e filhas. Observando a quantidade geral de capítulos dessa parte, de forma geral, os destinados às filhas têm um número bastante reduzido quando comparados aos 19 capítulos dirigidos aos filhos homens. Ainda pondo em comparação números de capítulos, são 24 os que dizem respeito à mulher como esposa. Estes, descritos de forma muito superficial aqui, estão situados na primeira parte do segundo livro. Tais capítulos se dedicam a descrever os comportamentos desejáveis de uma boa esposa e como o marido deveria buscar promovê-los na sua.

Com base na análise da glosa é possível verificar o seu direcionamento a um público masculino e à formação do governante homem. Nota-se a ênfase do autor sobre as virtudes e a sabedoria, consideradas essenciais para um bom governo, estas condizentes com a moral castelhana. O governo do feminino na glosa está sempre relacionado à tutela masculina, os ensinamentos destinados às filhas estão diretamente ligados ao futuro casamento. Busca-se por meio da obra adequar as jovens ao conceito de esposa ideal, ao qual se ligam atribuições de características como a de casta e guardada.

A posição da mulher perante a sociedade medieval ainda é objeto de muitos questionamentos. Inserida em sua sociedade, a mulher é orientada a seguir as regras morais de seu tempo. Os padrões relacionados ao ser mulher são variáveis, mutáveis ao longo do tempo. Sendo assim, as regras impostas às mulheres mudam dependendo do meio e do tempo em que se encontram, a delimitação do feminino na sociedade molda o aceitável e o não-aceitável. Sobre as construções de gênero ao longo da história, Judith Butler afirma “[...] se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2003, p. 20). Dentro deste quadro, a visão de mulher medieval deve ser entendida como uma construção geral formada pelo masculino, na qual os homens delimitam a visão do feminino na sociedade a partir de seus interesses e referenciais. Um dos segmentos relativos à vida das mulheres e às relações de gênero que sofreu grande interferência no período foi a instituição do casamento.

Para esta pesquisa, a inserção dos Estudos de Gênero se fez necessária, visando auxiliar a compreensão dos significados do feminino e do masculino variáveis ao longo do tempo. Compactuamos a visão de Joan Scott acerca da categoria gênero:

Como historiadora, estou particularmente interessada em historicizar gênero, enfatizando os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são criados e criticados, a instabilidade e maleabilidade das categorias "mulheres" e "homens", e os modos pelos quais essas categorias se articulam uma em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento. [...] gênero é tanto uma boa maneira para se pensar sobre a história, sobre os modos pelos quais hierarquias de diferença - inclusões e exclusões - foram constituídas, quanto de elaborar uma teoria (feminista) política (SCOTT, 1988, p. 13).

Os Estudos de Gênero e a História das Mulheres na Idade Média têm como objetivo a construção de uma história mais democrática, na qual indivíduos considerados como apagados pela história têm seu papel analisado. Tais estudos se fazem necessários, pois, como afirma Carolina Fortes, as identidades de gênero se constroem com relação uma à outra, e que, quando se trata do período medieval, não há dúvida de que se possa utilizar o gênero como uma forma de significar as relações de poder, sendo o masculino — pelo menos nas fontes eclesiásticas — sempre entendido como superior ao feminino. Portanto, o gênero pode servir como uma referência instável, mas crítico do passado; assim, é possível por meio desses estudos analisar a constituição do gênero nas sociedades (FORTES, p. 6). Este artigo, por sua vez, privilegia as questões de gênero, pois pretende compreender os significados e atribuições do feminino em relação ao masculino no *De regimine Principum* em sua glosa castelhana.

Compreendendo o casamento como uma relação de gênero fundamental, pode-se afirmar que durante a Idade Média essas interações se tornam um tanto complexas e as qualidades de uma esposa eram elemento fundamental para a concretização do matrimônio e estabelecimento de alianças (tanto a aliança entre duas famílias quanto a estabelecida entre dois reinos). O casamento, nas elites de poder, se tornou uma tática política. As filhas passaram a serem vistas como membros necessários para o sucesso dos negócios familiares, seu comportamento como futuras esposas poderia garantir sucesso aos acordos e garantir sua posição perante a corte. Em contrapartida, um casamento considerado ruim, no qual a esposa não agrade ou obedeça a seu marido, poderia trazer terríveis consequências à linhagem e sua memória.

A relação do casamento com os jogos de interesses se torna algo recorrente dentro das famílias na Idade Média. A busca pelo prestígio ou alianças políticas por meio do casamento altera a visão sobre este, a preocupação pelo cônjuge ideal se torna um item relevante. Os casamentos, como afirma Dominique Barthélemy, são em sua maioria negociados pelos pais dos futuros noivos; no momento de escolha, os pais analisavam a honorabilidade do cônjuge assim como o valor do dote (DUBY, 1993, p.158). Na maioria dos casos o casal em questão só é chamado para o que Barthélemy (1993, p. 130) chama de “consentir em sua promoção à

condição de adultos”. O autor ainda afirma que a vontade feminina deveria ser expressa na recusa, pois a busca por um casamento deveria ser restrita ao homem, na qual a vontade da mulher se demonstra somente na recusa das ofertas. Outro membro central na mediação para os casamentos na Idade Média foi a Igreja. Esta, matriz das teorizações canônicas, construiu a imagem sacra do casamento e de sua indissolubilidade, delimitando as linhas que traçam as características e requisitos necessários para o matrimônio medieval (BARTHÉLEMY, 1993, p. 141).

Outro ponto crucial quando se aborda o tema do casamento é a questão do dote. Este era negociado pelo *pater familias* ou pai de família, figura do círculo familiar. Assim, como afirma Charles de La Roncière:

O *pater familias* se impõe em primeiro lugar como o administrador único do conjunto dos bens da família dirigida por ele. A gestão do dote lhe compete, de todo o dote (século XIII), estimata ou não, e por vezes de todos os dotes, noras incluídas. Esse dote, ele pode até vendê-lo, sem que a mulher esteja realmente armada para opor-se a isso. Toda a prática jurídica tende a dar plenos poderes ao marido no governo dos bens trazidos pela esposa e a deles afastá-la, pondo-a na incapacidade de frear as iniciativas perigosas para seus haveres, futura herança de seus filhos (LA RONCIÈRE, 1993, p. 211).

Desse modo, o dote era o ponto essencial na negociação da mão de uma filha; o valor em questão era entregue ao marido, ou seja: a provável herança da mulher era repassada à sua nova família como um dos símbolos de união das linhagens; mesmo sendo visto como parte da herança feminina, a mulher não tinha o controle sobre esse bem. Neste sentido, Dominique Barthélemy afirma que:

A mulher se integra fortemente numa casa que se tornou sua, ao sair do cortejo nupcial. Ao lhe proporcionar um dote ("casamento"), o pai, irmão ou senhor casamenteiros muitas vezes significavam a sua exclusão da patrilinhagem natal. Se ela tem irmãos cavaleiros, ela ou seus filhos não herdarão grande coisa. A seus filhos como a suas filhas, ela contribui muito mais com relações sociais e prestígio estatutário do que com herança material (BARTHÉLEMY, 1993, p. 158).

Sendo assim, a linhagem da mulher passa ser a de seu marido. Pelo rito do casamento, ela passa da tutela do pai para a do marido. A filha, agora em seu papel de esposa, é submetida à sua nova família.

Para o auxílio na educação das filhas, rumo ao comportamento ideal de futuras esposas, determinados modelos considerados ideais para uma mulher foram elaborados e propagados nas cortes, principalmente através de práticas discursivas. Todo discurso é incumbido de uma intenção, a propagação de determinadas ideias se torna mais ampla através da constituição de

um discurso, a voz que propaga é possuidora de um poder marcante de influência. Sendo assim, o discurso é um meio muito importante para disseminação de ideias e para a construção de papéis sociais. Como afirma Foucault “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 8-9). Em outras palavras, o discurso é direcionado a determinados espaços e sempre possui determinadas intenções.

A produção discursiva na Idade Média se relaciona também com a constituição de visões da sociedade medieval sobre a mulher e o feminino. Através dos discursos, representações do feminino e papéis atribuídos às mulheres foram propagados. Com relação à construção, na Idade Média, de modelos discursivos relativos às mulheres e ao feminino, pode-se abordar a predominância de três figuras femininas como modelos gerais. O primeiro exemplo a ser citado é Eva — enganada pela serpente fez com que ela e Adão fossem expulsos do paraíso —, que se tornou um símbolo negativo de mulher, pois era apresentada como prova da fraqueza feminina. O segundo exemplo é Maria que, pura e devota, foi escolhida por Deus para carregar o seu filho no ventre; deste modo, deveria ser vista como exemplo a ser seguido pelas mulheres (SILVA, 2014). O culto mariano na Idade Média e a devoção por Maria foram empregados pela Igreja como forma de exaltação de um exemplo feminino ideal entre as mulheres. Entretanto, posteriormente, outro modelo de mulher foi também disseminado: a escolhida para servir de exemplo para as mulheres reais (que nunca poderiam chegar à perfeição de Maria) foi Maria Madalena. Esta foi vista como um modelo de mulher pecadora, mas que consegue redenção após se arrepender de seus pecados. Maria Madalena seria, por sua vez, um modelo no qual a maioria das mulheres poderia se reconhecer, por ser mais plausível que Maria (LEITE, 1999, p. 47).

Por meio da análise desses modelos femininos propagados até o baixo medievo, é possível extrair quais eram os comportamentos que uma sociedade cristã esperava das mulheres e como elas eram vistas, conforme analisa Christiane Klapisch-Zuber:

Na Idade Média não se concebe a ordem sem hierarquia. A construção do masculino/feminino respeita essa noção e se esforça em articular entre eles os dois princípios da polaridade e da superposição hierarquizada, quer dizer, uma classificação binária e horizontal, fundamentada na oposição, e uma interdependência vertical entre categorias. Desta difícil combinação resulta uma imagem negativa e inferior do feminino na sua relação com o masculino (KLAPISH-ZUBER, 139).

Sendo assim o feminino, na maioria dos casos, foi representado durante a Idade Média como inferior respeito ao masculino; era o homem quem ocupava a principal posição nesta

hierarquia (mesmo que se considerasse o papel da mulher junto ao homem essencial na vida cristã). Assim, o uso de obras como a glosa de Juan de Castrojeriz para ditar comportamentos fortaleceu a visão da necessidade de tutela do homem sobre a mulher, tal como no caso das atribuições e responsabilidades dos reis, enquanto pais, sobre as suas filhas.

A educação dos filhos dos reis era primordial para a criação dos futuros governantes. Segundo Isabel Beceiro Pita (PITA, 2015, p. 180), a formação desses grupos privilegiados se realiza por três mecanismos: a aprendizagem prática, ensinamentos transmitidos por via oral e por livros de caráter didático. Por se tratar de herdeiros do trono, tal processo era muito importante; eram escolhidos para a função de educação da prole régia homens capacitados intelectual e moralmente, normalmente membros do clero, como afirma Ana Echevarría Arsuaga:

La educación del rey era materia muy seria, pues se consideraba que afectaba no sólo a la persona, sino a todo el reino, y el hecho de que sólo el castigo divino pudiera moderar los excesos de un joven rey malvado o de un tirano adulto se repetía como castigo último en el caso de que la educación no hubiera sabido proveer al rey de buenos modelos de comportamiento cristiano[...]. La educación en la Edad Media se consideraba una actividad privada, que debía ejercerse dentro del entorno familiar, pero que en el caso de las familias más pudientes se delegaba en miembros del clero o de órdenes religiosas que estuviesen especialmente vinculados al ámbito de la parentela. Por eso no es de extrañar que los tratadistas más conocidos de esta disciplina fueran religiosos. La costumbre de educar a los hijos de los nobles en una casa aristocrática de personas vinculadas por algún tipo de vasallaje o amistad a la familia, o en la propia corte, está documentada desde el siglo VIII y suponía el paso de una educación informal a la más formal (ARSUAGA, 2004, p. 133).

A formação dos jovens mudava tanto de reino para reino quanto de um gênero para o outro; sobre o conteúdo dos ensinamentos ou tratados didáticos direcionados às mulheres, Pita afirma:

Los tratados didáticos para damas muestran un predominio casi exclusivo de cuestiones morales y religiosas. Aunque está dirigido a la condesa de Prades, el *Llibre de las donas*, escrito por Eiximenis en 1398, expone, fundamentalmente, los comportamientos que deben adoptar las mujeres en las diferentes etapas del ciclo vital: la infancia, la adolescencia y la madurez bifurcada en dos opciones: la vida conyugal, seguida de la posible viudedad, y la conventual, sin añadir indicaciones específicas para las de los grupos privilegiados. Se trata de una obra que tuvo una apreciable acogida en Castilla (PITA, 2015, p. 171).

Sobre as filhas, a glosa de Juan de Castrojeriz cita alguns comportamentos louváveis ou reprováveis, que os pais deveriam atentar nas suas filhas, tais como: não permitir que as mesmas saíssem de casa sozinhas, garantir seu comportamento casto, não deixar que ficassem ociosas, garantir sua devoção e ensinar às mesmas os seus momentos de fala.

No quadro 1, sintetizamos alguns dos comportamentos louváveis e reprováveis nas

filhas:

Quadro 1 - Os comportamentos aceitáveis e reprováveis para as filhas:

| Comportamentos aceitáveis | Comportamentos reprováveis |
|----------------------------------|-----------------------------------|
| Ser virtuosa | Ser ociosa |
| Manter sua castidade | Falar demais |
| Ser devota em suas orações | Sair sozinha |

Fonte: CASTROJERIZ, 2005.

Para comprovar tais segmentos de ideias, a fonte apresenta exemplos e motivos pelos quais os pais deveriam impor tais comportamentos às suas filhas. Com o objetivo de afirmar que as mulheres não deveriam sair de casa, Castrojeriz diz que fora de casa teriam a oportunidade de fazer o mal; que nas ruas as moças acabariam perdendo a vergonha, guardiã das suas virtudes, incluindo a castidade; que saindo a mulher também estaria expondo a sua exuberância aos homens. Nesta parte, cita-se São Jerônimo e suas epístolas. A epístola 88, intitulada *Ad Eustochium*, afirma que a mulher deve ficar em casa e não andar pelos bairros, seguindo o exemplo de Maria, que teria recebido a visita do anjo quando estava em seus aposentos (CASTROJERIZ, 2005, p. 533).

Também são citadas outras passagens de São Jerônimo, que afirma que as mulheres não devem se embriagar, uma das principais armas do diabo contra elas; que deveriam seguir o exemplo de Maria, considerada mulher temerosa e sujeita a Deus, com grande humildade. Tais qualidades seriam necessárias para a manutenção da virgindade. Outro ponto importante para as mulheres é que deveriam dedicar algumas horas de seu dia às orações, pois uma mulher virtuosa é também uma mulher muito devota; já a citação da epístola 87 prevê que as moças para serem consideradas sábias deveriam ser mesuradas, sucintas em suas palavras, pois poderiam acabar falando demais ou proferindo palavras más.

A ociosidade é um comportamento severamente reprovado neste tratado; afirma-se que os pais nunca devem deixar suas filhas ociosas, orientando-as a fazer obras virtuosas e honestas. Para justificar tal afirmação, Castrojeriz levanta algumas questões. A primeira delas é a ideia de que, ociosa, a mulher procuraria por atividades que a desviariam de suas virtudes ou das boas obras. Do mesmo modo, poderia ter pensamentos ruins, o que a levaria a ser má e inclinada ao mal. Sendo assim, quando ociosa se desviaria do caminho do bem e das boas obras. A valorização da virgindade ou da pureza feminina é um item constantemente citado na obra de Castrojeriz; considera-se que as filhas quando ociosas acabariam por desfrutar dos desejos da

carne, atitude considerada reprovável. Segundo Castrojeriz, as mulheres deveriam guardar sua virgindade até seu casamento, caso contrário, deveriam ser apedrejadas (CASTROJERIZ, 2005, p. 538). A justificativa desse ato é dada pela citação bíblica de Deuteronômio 22, no qual se diz que quando uma moça perde a virgindade antes do casamento, deve ir à porta da casa de seu pai e então os homens da cidade devem apedrejá-la até a morte.

Entretanto, a virgindade não deveria ser preservada por temor e sim por amor e devoção, voltando-se assim ao exemplo de Maria, pois esta teria se mantido pura por amor e devoção a Deus, sendo por este motivo escolhida pelo Senhor. Tal como afirma Castrojeriz “El segundo castigo es que las doncellas deven ser muy guardadas en sus cuerpos, no por temor, mas por amor de Dios” (CASTROJERIZ, 2005, p. 539). O glosador afirma que as mulheres que fossem castas teriam a pureza do corpo e da alma preservadas, seriam merecedoras de recompensas de tamanha preciosidade que não haveria comparação com as demais moças; a virgindade seria a virtude mais importante para uma moça.

Neste quadro, o quesito da fala também é destacado pois, como já se disse, uma mulher considerada sábia deveria ser mesurada em sua fala, não deveria falar muito e nem ficar calada; deveria falar o necessário. Uma das justificativas apresentadas para tal comportamento é dada pelo viés do matrimônio, pois, segundo o glosador, a mulher que falasse muito poderia ter problemas em seu casamento.

Conforme Castrojeriz, uma mulher que falasse muito não seria vista como honesta e, conseqüentemente, não seria tão amada por seu marido; a fala em excesso seria um grande problema dentro do casamento, portanto o item em questão deveria ser alertado pelos pais, que deveriam zelar por um bom casamento de suas filhas e pelo seu sucesso.

Sendo sábia, a mulher evitaria também a briga e a discórdia, pois suas palavras — uma vez mal ditas e sem sabedoria —, poderiam levar os seus maridos a conflitos e discussões (CASTROJERIZ, 2005, p. 544). Conforme Castrojeriz: “E por ende les conviene mucho callar por escusar estos males, ca después que las mugeres comienzan a pelear no se saben refrenar; e callando toman gran castigo para no turbar los que las han de oír.” (CASTROJERIZ, 2005, p. 544).

Além das mulheres, o autor também dedica tais ensinamentos aos homens, pois um homem religioso e honesto também saberia controlar a sua fala, utilizando-a de forma sábia para evitar conflitos. Como afirma o glosador: “La tercera razón es que el omme todo se descubre a sus enemigos, que le acechan para ferir e llagarlo cuando descubre su lengua e pierde la cerca de su boca, que es guarda de sus palabras” (CASTROJERIZ, 2005, p. 546). A fala também está ligada ao pecado; é uma ferramenta perigosa pois, como cita Castrojeriz: “Otro sí

conviene de saber que el mucho fablar es cosa de gran pecado e empesce mucho a los omnes” (CASTROJERIZ, 2005, p. 545); a fala poderia destruir a paz do homem e o afastaria do caminho da justiça ou do que chama “justicia del silencio”; a fala é capaz de corromper os homens e afogar seu coração.

É possível perceber, nestes trechos, que apesar da visão hierárquica das relações de gênero, Castrojeriz também impõe aos homens determinados papéis e condutas. No trecho citado, pode-se observar que a questão da fala também se destina aos homens, pois a sua relação com a fala em excesso é muito problemática. Como afirma o autor, um homem que fale muito pode gerar conflitos. Com base nisto, é possível concluir que, apesar de o homem ser visto hierarquicamente como superior à mulher, não estava excluído de imposições morais. Apesar dessa hierarquia, há papéis recíprocos que devem ser cumpridos, principalmente levando-se em conta o casamento.

A questão da fala envolvia esta linha de comportamentos virtuosos. No caso da mulher, a que falasse muito seria mal vista (segundo o autor). Ela deveria falar somente quando fosse necessário. Logo, pode-se considerar que a fala, assim como as outras questões citadas neste artigo, era um elemento muito importante para a formação e conduta das mulheres, pois, como afirma o autor, este comportamento poderia gerar problemas dentro do casamento. Pode-se afirmar que a construção das prescrições às mulheres, neste caso específico às filhas, dentro da glosa liga-se à visão de uma esposa ideal. De maneira que se sugeria aos pais que fizessem as suas filhas seguirem tais prescrições, a fim de que assumissem o papel de esposas exemplares.

4 Considerações finais

Por meio da glosa do *Regimento de Príncipes* de Egídio Romano por Juan de Castrojeriz, foi possível analisar a propagação discursiva de valores morais na Castela do século XIV. Ao tratar das filhas dos reis, o glosador delimitou uma linha divisória entre os comportamentos femininos aceitos e os rejeitados, tais como a fala e as atividades cotidianas. A mulher ideal deveria se encaixar no modelo de esposa ideal, tal relação entre a mulher e o casamento é constantemente ressaltada dentro da obra. É importante destacar aqui que a questão do casamento, pelo menos quando se fala do caso das herdeiras, é muito importante na obra, pois o principal papel social das filhas dos reis era o de se tornarem futuras esposas, a partir de acordos de casamentos negociados por seus pais.

Dentro deste quadro, a pureza da alma e do corpo feminino se demonstra primordial, era um dos fatores que garantiriam um casamento prospero à mulher. Sendo este um elemento

ligado a todos os ensinamentos dirigidos às mulheres, Egídio Romano aconselhava aos pais que preservassem a pureza de suas filhas. Para isso, estas deveriam ser mantidas dentro de casa, articulando atividades que promovessem um caminho virtuoso e de orações. A busca pela devoção a Deus deve ser um comportamento ensinado pelos pais, pois uma mulher devota era vista como uma boa mulher, e que estaria mais sujeita a receber as boas graças de Deus.

Para a eficácia destes ensinamentos também são introduzidos na obra elementos de caráter marcadamente cristão e religioso, tais como o uso de exemplos de personagens da Bíblia ou santos, principalmente Maria para as mulheres (mormente quanto à castidade e virgindade e sobre a devoção a Deus). Maria é tomada como o maior exemplo de mulher a ser seguido. A preservação da virgindade por amor a Deus garantiria a pureza tanto do corpo quanto da alma. Cabe lembrar que tal fator religioso era de grande necessidade para as mulheres enquanto filhas de reis e futuras esposas, pois seriam dadas em casamento através de acordos matrimoniais. Neste contexto, a futura geração de prole e descendência legítima da linhagem era algo a ser assegurado e, para isso, a preservação da castidade feminina era fundamental.

Este artigo teve como objetivo promover uma reflexão sobre os papéis sociais assignados às filhas, mais precisamente às filhas dos reis e dos nobres, as quais eram vistas como modelos de comportamento feminino pelas mulheres dos outros estratos sociais do reino; logo, como modelos de comportamento, deveriam ter uma conduta exemplar dentro do que se esperava de uma mulher na corte. Tratados pedagógicos como a glosa de Juan de Castrojeriz, na Castela do século XIV, colaboraram para a construção de modelos e práticas de comportamento feminino. Após serem elaborados, passaram pelas mãos dos reis, divulgados na corte através de leituras públicas, os textos poderiam integrar as bibliotecas de nobres poderosos, além das bibliotecas régias.

O enfoque sobre a questão da criação das filhas se torna um elemento necessário para se entender a formação do feminino durante a Idade Média, e que nos ajuda a compreender como se dava a construção dos papéis e atuações sociais das mulheres como esposas (levando em conta que este elemento era primordial na vida da mulher medieval quando não seguiam o caminho religioso). Para atingir um casamento próspero, deveriam ter um comportamento ideal como esposas; o seu sucesso dentro do casamento acabaria por render bons frutos para a sua linhagem. O casamento das herdeiras de um reino ou principado era um evento muito delicado e o cônjuge em questão deveria ser um nobre à sua altura ou tão importante quanto a noiva. Mais que um casamento, era um tratado (muitas vezes de paz, inclusive) entre territórios e/ou linhagens.

No decorrer da história, as mulheres em seu papel de filhas foram na maioria dos casos

esquecidas pelos historiadores; o foco era mantido nas questões relativas aos varões, pois estes eram vistos como os herdeiros do trono, que determinariam os destinos do reino. Porém, estudos mais recentes vêm observando o quanto o papel político e social das herdeiras era de extrema relevância no contexto da realeza e nobreza de forma geral. Os filhos varões foram de fato importantes para a história e a continuidade do reino e de suas linhagens, porém, não devemos esquecer a importância das mulheres para a permanência destes quadros. Sem as mulheres, a constituição das linhagens não seria possível, guerras não teriam sido evitadas ou extintas, cortes não teriam sido formadas, entre tantas outras questões.

Referências

Fonte primária:

CASTROJERIZ, Juan Garcia de. **Glosa castellana al “Regimiento de Principes” de Egídio Romano**. Edición, estudio preliminar y notas de Juan Beneyto Pérez. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005.

Bibliografía:

ARISTÓTELES. **A política**. 2. ed. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ARSUAGA, Ana Echevarría. La juventud de los hijos del rey en la Castilla del siglo XV. **Mélanges de la Casa de Velázquez**, [s.l.], v. 34- 1, 2004. doi.org/10.4000/mcv.1186.

BARTHÉLEMY, Dominique. Parentesco. In: DUBY, Georges (org). **História da vida privada 2: Da Europa feudal à renascença**. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BIZZARRI, Hugo O. El surgimiento de un pensamiento económico en Castilla: historia de una idea desde Pedro Alfonso hasta Fray Juan García de Castrojeriz. **En la España Medieval**, n. 25, p. 113-133, 2002. ISSN 0214-3038

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade**. Traduzido por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORTES, Carolina Coelho. É possível uma história medieval de gênero? Considerações a respeito da aplicação do conceito gênero em história medieval. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC/UESC, 2006. ST50: Fazendo gênero e rompendo fronteiras: gênero, idade média e interdisciplinaridade. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/C/Carolina_Coelho_Fortes_50.pdf. Acesso em: 12 ago. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FURLAN, Mauri. Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente II: A Idade Média.

Cadernos de Tradução, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 2, n. 12, p. 10-28, 2003.

HAHN, Fábio André. Reflexos da perfeição: Alguns elementos do gênero Espelho de Príncipes na Idade Moderna. **Revista Varia Scientia**, Cascavel-PR, v. 6, n. 12, p. 151-157, 2006.

LA RONCIÈRE, Charles de. A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença. In: DUBY, Georges (org). **História da vida privada 2: Da Europa feudal à renascença**. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. Representações femininas na Idade Média: o olhar de Georges Duby. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 21, p. 37-50, 1999. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/21/representacoes_femininas.pdf. Acesso em: 12 ago. 2018.

KAPLISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/feminino. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2006. p. 137-150.

PITA, Isabel Beceiro. La formación del caballero y la dama a través de los tratados didácticos peninsulares. Identidades, contactos, afinidades: La espiritualidad en la Península Ibérica (siglos xii - xv). In: **La formació de la personalitat a l'edat mitjana**. Espanha: Universidad de Lleida, 2016. p. 169-191.

SANTANA, Eliane Veríssimo de. *Poiché è noto che in lui risiede tutto il potere della Chiesa*: A contribuição de Egídio Romano na construção do conceito de plenitude do poder papal frente a teoria conciliar (1243-1316). 2017. 284 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, André Candido da. História das mulheres na Idade Média: abordagens e representações na literatura hagiográfica (século XIII). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., Jataí. **Anais** [...]. Jataí: UFG, 2014. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(14\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(14).pdf). Acesso em 12 ago. 2018.

SCOTT, Joan Wallach: **Gender and politics of history**. Tradução Mariza Corrêa. N.Y.: Columbia University Press, 1988.

TREVISAN, Mariana Bonat. **A primeira geração de Avis**: uma família "exemplar" (Portugal - Século XV). 2016. 392 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. 1. ed. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ZINK, Michel. Literatura(s). In: LE GOFF, Jacques.; SCHMITT, Jean Claude (coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. v. 1. Coordenador da tradução Hilário Franco Junior. Bauru, SP: Edusc, 2006.